



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Departamento Municipal de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aquisição parcelada de produtos para atendimento de crianças com necessidades alimentares especiais.

1. ÁREA REQUISITANTE

O Presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado pelo Departamento Municipal de Educação, Setor de Alimentação Escolar.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Equipe de planejamento deste Estudo Técnico Preliminar será responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das etapas deste ETP e é constituída pelos membros:

- Cintia Midori Yogi;
- Debora Cristina Gustavo Vitoreli,
- Gabriela Vicente de Paiva

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, bem como entidades filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimentos dos estudantes.

O descritivo dos itens foi elaborado pelas profissionais nutricionistas integrantes do Setor de Alimentação Escolar, não usando o catálogo de padronização, onde o mesmo não apresenta uma descrição completa.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Sabe-se que a alimentação é um direito social estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira e o poder público deve adotar as políticas e as ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar.



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Departamento Municipal de Educação

Desta forma, a presente aquisição se faz necessária para a manutenção da alimentação escolar das Unidades de Ensino Municipais de São João da Boa Vista, visando melhor qualidade nutricional e hábitos alimentares saudáveis, em cumprimento à Resolução nº 06 de 08 e maio de 2020.

Embora se trate de gêneros alimentícios estocáveis, a demanda relativa aos alimentos especiais destinados a alunos com necessidades nutricionais específicas apresenta imprevisibilidade relevante, tanto quanto à ocorrência quanto aos quantitativos, em razão da possibilidade de ingresso de novos alunos durante o ano letivo, da emissão superveniente de laudos médicos e da diversidade de restrições alimentares individualizadas, que inviabilizam a estimativa precisa por item.

Diferentemente das hipóteses analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em precedentes envolvendo merenda escolar regular, o objeto desta contratação não se refere ao consumo padronizado e homogêneo, mas sim a fornecimentos eventuais e personalizados, cuja quantificação prévia integral não se mostra tecnicamente viável.

Assim, o Sistema de Registro de Preços revela-se o instrumento mais adequado para garantir atendimento tempestivo às necessidades nutricionais especiais dos alunos, sem prejuízo do controle, do planejamento e da economicidade.

Foi realizada consulta às atas de registro de preços vigentes no âmbito deste órgão e nos sistemas oficiais de compras públicas, não sendo identificados preços registrados compatíveis com o objeto, quantitativos e condições pretendidas, razão pela qual se justifica a deflagração de novo procedimento licitatório

5. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

Considerando que o Plano Anual de Contratação ainda não foi elaborado, porém, o valor estimado consta na Lei Orçamentária Anual. Ainda, de acordo com os artigos 11 e 12 da IN nº 1, de 2019, que regulamenta os Planos Anuais de Contratações, as demandas que não constarem no Plano ensejarão sua revisão, mediante justificativa. Desta forma, justificamos que o respectivo documento, que ora omitimos, deverá ser formalizado em breve.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo formalizada mediante Ata de Registro de Preços, instrumento de



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Departamento Municipal de Educação

caráter vinculativo e obrigacional, sem geração imediata de direito à contratação, destinada ao registro dos preços, fornecedores, condições de fornecimento e quantitativos estimados.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da respectiva Ata no Jornal Oficial do Município de São João da Boa Vista e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e desde que seja comprovada a vantajosidade por período igual da vigência, ou seja, 12 (doze) meses com base no artigo 84 da Lei 14.133/21, desde que preenchidos os requisitos legais e mediante termo aditivo.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, quando efetivamente demandadas pela Administração, serão formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho e autorização de fornecimento, conforme o caso, observadas as disposições do edital, da Ata e da Lei nº 14.133/21.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de atender demandas futuras e eventuais, pela conveniência de compras parceladas, pela possibilidade de obtenção de ganhos de escala e pela racionalização dos procedimentos administrativos, assegurando maior eficiência, economicidade e planejamento das contratações públicas. Os quantitativos presentes no processo licitatório foram estimados com base no número de alunos atualmente atendidos, constituindo mera previsão. Considerando a imprevisibilidade e a sazonalidade da demanda, a Ata de Registro de Preços mostra-se a modalidade mais adequada à situação.

Quanto ao critério de julgamento, adota-se o de menor preço por item, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de unidades individualizadas, circunstância que favorece a competitividade do certame e possibilita maior vantajosidade econômica para a Administração. Em consonância com o disposto no art. 56 da Lei nº 14.133/21, considerando a natureza do objeto e visando assegurar ampla competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa, recomenda-se a adoção do modo de disputa aberto, com lances públicos e sucessivos.

No que se refere aos requisitos de habilitação jurídica, mostra-se pertinente a exigência de licença de funcionamento ou alvará sanitário, expedido pela autoridade sanitária competente, como forma de comprovar que o licitante encontra-se regularmente constituído e legalmente autorizado a exercer atividade compatível com o objeto da contratação, em atendimento ao disposto no art. 66 da Lei nº 14.133/21.

A exigência guarda relação direta e objetiva com o objeto, tendo em vista que os produtos a serem fornecidos estão sujeitos a normas de controle sanitário, de modo que apenas



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
Departamento Municipal de Educação

estabelecimentos regularmente licenciados podem comercializá-los, nos termos da legislação sanitária vigente.

Ressalta-se que a apresentação do referido documento não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que decorre de obrigação legal pré-existente imposta a todos os agentes econômicos que atuam no ramo, limitando-se a assegurar que a contratação seja realizada com fornecedores legalmente aptos e em condições regulares de funcionamento.

Dessa forma, a exigência revela-se necessária, adequada e proporcional, atendendo às disposições do art. 66 da Lei nº 14.133/21 e aos princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica e proteção à saúde pública.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

O quantitativo foi estimado pelas nutricionistas do Setor de Alimentação Escolar do Departamento Municipal de Educação, considerando o uso de cada item nos últimos anos letivos, e se atentando ao número de alunos matriculados na rede municipal e acrescentando uma porcentagem estimada para, caso necessário, atender um aumento de alunos entrantes acima do histórico. Ressalta-se que tais estimativas não configuram obrigação de aquisição integral ou sequer histórico de consumo real, mas servem como parâmetro para dimensionar a ata de registro de preços com quantitativos que visam atender a presente e futura eventual demanda, garantindo competitividade entre fornecedores e segurança no atendimento às necessidades da Administração.

Item	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01	Adoçante Dietético, em pó	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	10
02	Arroz Integral, Parboilizado Integral	-	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	-	30
03	Biscoito tipo cracker sem glúten	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-	-	05
04	Biscoito de arroz Integral	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	10
05	Macarrão sem glúten	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	10

7.1. DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item 1-ADOCANTE DIETÉTICO; EM PÓ – composto por xilitol.

EMBALAGEM PRIMÁRIA: Sacos plásticos atóxicos, resistentes e devidamente vedados, com **Peso de 300 a 500g**. Devem constar na embalagem primária no mínimo as seguintes informações: Denominação de venda do produto, Lista de ingredientes, Conteúdo Líquido, Identificação da origem: (nome (razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca, endereço, país de origem e município), Prazo de validade,



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Departamento Municipal de Educação

Identificação do lote (código chave precedido da letra “L” ou data de fabricação, embalagem ou de prazo de validade) e Informação Nutricional. Todas as informações contidas na embalagem devem estar dispostas de forma clara e indelével e estar de acordo com a Resolução RDC nº 429, de 08/10/2020 – ANVISA e Resolução RDC nº 727 de 01/07/2022 – ANVISA.

VALIDADE MÍNIMA: 12 meses da data da entrega.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: ficha técnica.

Item 2-ARROZ INTEGRAL; GRUPO BENEFICIADO, SUBGRUPO PARBOILIZADO INTEGRAL, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO

- grãos inteiros; com teor de umidade recomendada de 14%, obedecendo aos limites máximos de tolerância de impurezas; matérias estranhas, grãos mofados, ardidos e enegrecidos para este subgrupo; isento de insetos, carunchos, gorgulhos e outras pragas. Características físicas, químicas, biológicas e da embalagem devem obedecer a legislação vigente. Suas condições deverão estar de acordo com a NTA-33 (Decreto 12.486 de 20/10/78) e a Instrução Normativa nº6, de 16/02/2009 – MAPA, com suas respectivas alterações e as demais normas e legislações sanitárias.

EMBALAGEM PRIMÁRIA: saco plástico atóxico, resistente, lacrado por termossoldagem, contendo 1kg. Deve constar no mínimo as seguintes informações: Denominação de Venda do produto, Conteúdo Líquido, Identificação da Origem: (nome (razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca, endereço, país de origem e município), Prazo de Validade, Identificação do lote (código chave precedido da letra “L” ou data de fabricação, embalagem ou de prazo de validade) e Informação Nutricional. Todas as informações contidas na embalagem devem estar dispostas de forma clara e indelével e estar de acordo com a Resolução RDC nº 429, de 08/10/2020 – ANVISA e Resolução RDC nº 727 de 01/07/2022 – ANVISA e Instrução Normativa nº 6, de 16/02/2009 – MAPA.

PRAZO DE VALIDADE: mínima de 08 meses na data da entrega.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: ficha técnica.

Item 3-BISCOITO TIPO CRACKER SEM GLÚTEN – **ingredientes:** amido, farinha de arroz e/ou milho, gordura ou manteiga vegetal, extrato ou farinha de soja, sal, emulsificantes, fermentos químicos, aromatizante, corante natural e outros ingredientes permitidos.

EMBALAGEM PRIMÁRIA: contendo de 100 a 250g. Deve constar no mínimo as seguintes informações: Denominação de Venda do produto, Conteúdo Líquido, Identificação da Origem: (nome (razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca, endereço, país de origem e município), Prazo de Validade, Identificação do lote (código chave precedido da letra “L” ou data de fabricação, embalagem ou de prazo de validade) e Informação Nutricional. Todas as informações contidas na embalagem devem estar dispostas de forma clara e indelével e estar de acordo com a Resolução RDC nº 429, de 08/10/2020 – ANVISA e Resolução RDC nº 727 de 01/07/2022 – ANVISA.

VALIDADE MÍNIMA: 6 meses na data de entrega.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: ficha técnica.



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Departamento Municipal de Educação

Item 4-BISCOITO DE ARROZ INTEGRAL – composto por arroz integral e sal.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL: na porção de 30g: 100 a 115 kcal; 20 a 25g de carboidrato; 2,3 a 2,6g de proteínas; máximo de 0,7g de gorduras totais; mínimo de 0,7g de fibras; 20 a 105mg de sódio.

EMBALAGEM PRIMÁRIA: contendo de 80 a 150g. Deve constar no mínimo as seguintes informações: Denominação de Venda do produto, Conteúdo Líquido, Identificação da Origem: (nome (razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca, endereço, país de origem e município), Prazo de Validade, Identificação do lote (código chave precedido da letra “L” ou data de fabricação, embalagem ou de prazo de validade) e Informação Nutricional. Todas as informações contidas na embalagem devem estar dispostas de forma clara e indelével e estar de acordo com a Resolução RDC nº 429, de 08/10/2020 – ANVISA e Resolução RDC nº 727 de 01/07/2022 – ANVISA.

VALIDADE MÍNIMA: 4 meses na data de entrega.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: ficha técnica.

Item 5-MACARRÃO TIPO PARAFUSO, PENNE E ESPAGUETE, SEM GLÚTEN – **ingredientes:** farinha de arroz e/ou de milho, corantes (cúrcuma e urucum) e emulsificante.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL: na porção de 80g: 250 a 290 kcal; 60 a 70g de carboidratos; mínimo de 5g de proteínas; máximo de 3g de gorduras totais.

EMBALAGEM PRIMÁRIA: contendo de 400 a 500g. Deve constar no mínimo as seguintes informações: Denominação de Venda do produto, Conteúdo Líquido, Identificação da Origem: (nome (razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca, endereço, país de origem e município), Prazo de Validade, Identificação do lote (código chave precedido da letra “L” ou data de fabricação, embalagem ou de prazo de validade) e Informação Nutricional. Todas as informações contidas na embalagem devem estar dispostas de forma clara e indelével e estar de acordo com a Resolução RDC nº 429, de 08/10/2020 – ANVISA e Resolução RDC nº 727 de 01/07/2022 – ANVISA.

VALIDADE MÍNIMA: 18 meses na data de entrega.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: ficha técnica.

A exigência de apresentação de ficha técnica dos produtos justifica-se pela necessidade de assegurar que os bens fornecidos atendam às especificações nutricionais, de composição, qualidade e segurança estabelecidas na descrição do produto e no Termo de Referência, considerando a destinação dos itens e o impacto direto de sua qualidade na saúde dos usuários finais.

A ficha técnica será exigida como documento de natureza descritiva, destinada exclusivamente à comprovação da compatibilidade do produto ofertado com as especificações do objeto, sendo apresentada pelo próprio licitante, sob sua inteira responsabilidade.



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
Departamento Municipal de Educação

As informações constantes da ficha técnica deverão guardar correspondência com dados oficiais e verificáveis, tais como rótulos, registros, notificações ou autorizações expedidas pelos órgãos sanitários competentes, podendo a Administração, a qualquer tempo, proceder à verificação da conformidade, inclusive no momento do recebimento dos produtos.

O presente documento é parte integrante do planejamento do processo licitatório, por esta razão justifica-se a exigência de tais documentos para a habilitação dos licitantes, constituindo requisito restritivo para a verificação técnica da proposta, adotado de forma proporcional e adequada, em atendimento ao disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/21.

A qualidade físico-química e sanitária do objeto licitado será de inteira responsabilidade do licitante vencedor, por isso, o vencedor do certame licitatório deverá apresentar laudo da Vigilância Sanitária.

Os pedidos ocorrerão dentro dos limites quantitativos previstos na ata de registro de preços, de acordo com a necessidade do Setor de Alimentação Escolar. Ainda sobre os pedidos, poderão sofrer alteração conforme calendário escolar e/ou aumento/diminuição da demanda, portanto, destaca-se que os pedidos serão feitos conforme necessidade do setor.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade de atender alunos com restrições alimentares específicas (como intolerância à lactose, alergia à proteína do leite, doença celíaca, diabetes, entre outras condições), foram avaliadas as seguintes alternativas disponíveis no mercado para aquisição dos gêneros alimentícios especiais:

1. Aquisição por contratação direta (compra imediata por dispensa):

Essa modalidade pode ser utilizada em caráter emergencial, porém não é indicada para demandas recorrentes e com variações constantes, como é o caso de alunos com necessidades alimentares específicas. Além disso, limita a escolha do fornecedor e pode comprometer a continuidade do atendimento.

2. Licitação por lote único e aquisição total anual:

Embora possa resultar em economia por volume, esse modelo é inviável devido à instabilidade da demanda e ao curto prazo de validade dos produtos. Há risco de perdas por vencimento e de inadequação aos novos diagnósticos de alunos durante o ano letivo.



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
Departamento Municipal de Educação

3. Sistema de Registro de Preços:

O SRP se apresenta como a alternativa mais vantajosa, pois permite a aquisição sob demanda, de acordo com as necessidades que surgirem. Essa flexibilidade é fundamental, considerando:

- A variação no número de alunos atendidos;
- A necessidade de atender prescrições médicas/nutricionais individualizadas;
- O curto prazo de validade dos produtos especiais.

Portanto, o SRP possibilita maior eficiência, economicidade e agilidade, assegurando o atendimento contínuo e adequado às crianças com necessidades alimentares especiais, em conformidade com os princípios da administração pública e com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Buscou-se a estimativa de preços de mercado através de cotações de preços junto que fazem parte deste procedimento licitatório, sendo:

Valor estimado, preço referencial para o item 1 – Adoçante Dietético, em pó - R\$ 98,60, por quilo.

Valor estimado, preço referencial para o item 2 – Arroz Integral, Tipo 1 - R\$ 17,02, por quilo.

Valor estimado, preço referencial para o item 3 – Biscoito tipo Cracker sem glúten – R\$ 91,50, por quilo.

Valor estimado, preço referencial para o item 4 – Biscoito de Arroz Integral – R\$ 12,46, por quilo.

Valor estimado, preço referencial para o item 5 – Macarrão, tipo Parafuso, Penne e Espaguete, sem glúten – R\$ 16,75, por quilo.

Foi obtido um valor total da contratação na estimativa de R\$ 2.246,35.

10. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

Os produtos a serem entregues, quando da aquisição, deverão corresponder as especificações descritas no Edital, isto no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão da Ata de Registro e penalidades cabíveis.



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
Departamento Municipal de Educação

O critério de seleção será o de Menor Preço por Item, no sistema de disputa aberto, de acordo com o Artigo 56, Inciso I, Lei 14.133, de abril de 2021, que ocorrerá pela modalidade de Pregão Eletrônico.

10.1 Documentos Necessários:

FICHA TÉCNICA assinada por responsável técnico do estabelecimento, autenticada ou assinada digitalmente com o respectivo registro. A Ficha Técnica em atendimento a RES/FNDE abrange as informações: Identificação do Produto, Identificação do Fabricante (nome, endereço, telefone, e-mail), prazo de validade, ingredientes que compõem o produto, informação nutricional, modo de preparo, condições de armazenamento e empilhamento indicado, embalagens primária e secundária.

Deverá apresentar também o ALVARÁ SANITÁRIO ou LICENÇA DE FUNCIONAMENTO com o Código de Atividade Econômica (CNAE), emitido pela autoridade competente.

A exigência de laudo sanitário e licença de funcionamento encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à qualificação técnica, à segurança da contratação e ao atendimento ao interesse público.

Nos termos do art. 5º, a licitação deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, segurança jurídica, interesse público e eficiência, o que impõe à Administração o dever de contratar apenas empresas que estejam regularmente constituídas e aptas ao exercício da atividade objeto da contratação.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se o presente ETP - Estudo Técnico Preliminar de um estudo para viabilização a contratação do presente certame para aquisição dos itens, de acordo com o descritivo e elaborado por profissionais nutricionistas integrantes do Setor de Alimentação Escolar, sendo a etapa inicial para execução deste processo licitatório.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição dos itens será definida pelo julgamento como menor preço por item, visto que sua divisibilidade não afeta a solução proposta para a aquisição como um todo, e, com isto, também possibilitando a ampla participação de eventuais interessados no certame. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Departamento Municipal de Educação

viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se com a contratação suprir a necessidade dos itens relacionados pela área requisitante possibilitando o cumprimento à legislação e a continuidade das atividades que necessitam dos itens objeto da licitação.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

No específico desta aquisição, tendo em vista os trâmites necessários para a celebração do mesmo, informa-se que, como medida adotada pela Administração, houve a elaboração de equipe competente para o planejamento, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das etapas, realização de treinamentos e capacitações para que os servidores que desempenham a função de gestão de ata de registro, tendo em vista a eficiência em tal função na Administração. Por se tratar de produtos de gênero alimentício, existe uma variação constante de preço de mercado e para tal, é necessária a atualização contínua.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes, sendo só o objeto principal necessário.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Embalagens constituídas, sempre que possível, por material reciclado, atóxico, biodegradável e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada;
- Observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- Os produtos provenientes de madeira (como o papel dos impressos e embalagens) devem ser fabricados com matéria prima oriunda de fontes de manejo sustentável;



Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
Departamento Municipal de Educação

- Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais,
- Origem sustentável dos recursos naturais.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Demonstrado a importância da avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas, opinamos pela escolha do critério de menor preço.

Esta equipe de planejamento declara ser viável e necessário à aquisição aqui tratados com base neste Estudo Técnico Preliminar.

São João da Boa Vista, 26 de janeiro de 2026.

Gabriela Vicente Paiva
Nutricionista CRN 3 18487

Cintia Midori Yogi
Nutricionista CRN 3 63319

Débora Cristina Gustavo Vitoreli
Nutricionista CRN 3 47315

Gabriela Faneli Tavares de Paula
Chefe do Setor de Alimentação Escolar em Substituição

Kelly Cristina Benevides de Castro Barrado
Diretora do Departamento Municipal de Educação em Substituição

Departamento Municipal de Educação – Setor de Alimentação Escolar
Rua Noelet Justolin, 90 – Jd. D. Tereza – São João da Boa Vista – SP
merenda@saojoao.sp.gov.br – Tel.: (19) 3631-1031